

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ADRIANA DE SOUZA DE LIMA

**TÍTULO: CONSTRUINDO UMA REFLEXÃO CRÍTICA A PARTIR DA  
EDUCAÇÃO POPULAR COMUNITÁRIA CAIÇARA.**

MATINHOS

2023

ADRIANA DE SOUZA DE LIMA

**TÍTULO: CONSTRUINDO UMA REFLEXÃO CRÍTICA A PARTIR DA EDUCAÇÃO  
POPULAR COMUNITARIA CAIÇARA.**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Especialização em Educação do Campo e a Realidade Brasileira a partir de seus Pensadores, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Lourival Moraes Fidelis

MATINHOS

2023

## TERMO DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR LITORAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A  
REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS  
PENSADORES - 40001016329E1

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **ADRIANA DE SOUZA DE LIMA** intitulada: **CONSTRUINDO UMA REFLEXÃO CRÍTICA A PARTIR DA EDUCAÇÃO POPULAR COMUNITARIA CAIÇARA**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO, com conceito APL** no rito de defesa. A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 01 de Dezembro de 2023.

LOURIVAL DE MORAES FIDELIS  
Presidente da Banca Examinadora

SILVANA CÁSSIA HOELLER  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LOURIVAL DE MORAES FIDELIS  
Data: 28/12/2023 10:21:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** SILVANA CASSIA HOELLER  
Data: 28/12/2023 10:40:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

# **TÍTULO: CONSTRUINDO UMA REFLEXÃO CRÍTICA A PARTIR DA EDUCAÇÃO POPULAR COMUNITARIA CAIÇARA.**

ADRIANA DE SOUZA DE LIMA

## **RESUMO**

Esse artigo tem como objetivo contribuir para uma reflexão crítica inicial a partir de algumas experiências de atuação de educação popular. Utilizamos uma das ferramentas da Metodologia Qualitativa, qual seja, a revisão de alguns autores da literatura correlata ao nosso tema e a partir de pensadores e pensadoras brasileiros. Os aportes teóricos para maior reflexão são de Paulo Freire passando por autores que subsidiaram uma leitura do histórico desde a invasão colonial do Brasil, os povos originários, o período escravocrata e os caminhos traçados até o momento. Com o autor Paulo Freire é que se reflete sobre os caminhos de superação do que está dado até o momento e as possíveis transformações a partir de uma ação comunitária popular pautada na ação-reflexão-ação, que é a praxis, nesse caso a praxis caiçara. O Artigo está dividido em cinco tópicos: 1. Introdução; 2. Desvelando a memória histórica a partir do pensamento crítico; 3. Um olhar desde o Território Caiçara; 4. Articulação e Mobilização Intercomunitária: Entre a Educação Popular e a Práxis Caiçara; 5. Considerações Finais. É a partir dos territórios que surgem as reflexões, articulações e incidências necessárias para romper o medo, os paradigmas e condições de submissão, é a partir das necessidades concretas que o povo assume o protagonismo para conduzir os processos que dizem respeito a viver com dignidade e nesse caso o viver caiçara.

**Palavras Chaves:** Caiçara; Educação Popular; Memória Camponesa; Ação Comunitária

## **RESUMEN**

Este artículo pretende contribuir a una reflexión crítica inicial a partir de algunas experiencias de trabajo en educación popular. Se utilizó una de las herramientas de la Metodología Cualitativa, es decir, la revisión de algunos autores de literatura relacionada con nuestro tema y basada en pensadores brasileños. Los aportes teóricos para una mayor reflexión provienen de Paulo Freire a través de autores que apoyaron una lectura de la historia desde la invasión colonial de Brasil, los pueblos originarios, el período esclavista y los caminos trazados hasta la actualidad. Con el autor Paulo Freire reflexionamos sobre las formas de superación de lo dado hasta ahora y las posibles transformaciones a partir de una acción comunitaria popular basada en la acción-reflexión-acción, que es la praxis, en este caso caiçara praxis. El Artículo se divide en cinco temas: 1. Introducción; 2. Revelar la memoria histórica a través del pensamiento crítico; 3. Una mirada desde el Territorio Caiçara; 4. Articulación y Movilización Intercomunitaria: Entre Educación Popular y Caiçara Praxis; 5. Consideraciones finales. Es desde los territorios que surgen las reflexiones, articulaciones e incidencias necesarias para romper el miedo, los paradigmas y condiciones de sometimiento, es desde las necesidades concretas que los pueblos toman protagonismo para liderar los procesos que atañen a vivir con dignidad y en este caso, la vida será caiçara.

**Palabras clave:** Caiçara; Educación Popular; Memoria Campesina; Acción comunitaria

## 1. INTRODUÇÃO

A reflexão inicial parte de uma mulher caçara que ao se apropriar da sua história, passou a ler a realidade em que vive e incidir sobre ela com comprometimento ético-político. Está relacionada à necessidade da escrita e do registro do seu pensamento a partir de suas experiências concretas vivenciadas e pelo contato com outras experiências, seja em diálogo ou por leituras bibliográficas.

É importante dizer, que essa construção também não se dá em um momento de tranquilidade, de calma, mas em meio às contradições de um período político em que vive o Brasil e seu Povo, seja na multiplicidade étnica que reivindica reparação ao Estado brasileiro ao longo processo de exclusão de acesso a direitos fundamentais para a dignidade humana e se apresenta, seja na busca de efetivação de políticas públicas ou na incidência da ação política através de um protagonismo que se posiciona frente aos desafios que estão colocados pelo sistema dominante.

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso, que apresentamos na forma de artigo, portanto, é contribuir para uma reflexão a partir de algumas experiências de atuação comunitária enquanto sujeito(a) que se apropria de sua história e passa a ler sua realidade e incidir com ela e sobre ela com comprometimento ético-político para romper paradigmas.

Utilizamos uma das ferramentas da Metodologia Qualitativa, qual seja, a revisão de alguns autores da literatura correlata ao nosso tema e a partir de pensadores e pensadoras brasileiros/as e fundamentar o trabalho para refletir criticamente, demonstrando que ainda é insuficiente a produção intelectual em relação a proposição da superação de uma construção com base no apagamento da memória e da humilhação humana reproduzida a partir de um racismo estruturado no amago do sistema que guia e impõe a sua contínua hegemonia.

O que torna necessário a permanente reflexão a partir das bases comunitárias, que a todo tempo se posicionam através de reivindicações das políticas públicas concretas de reparação, mas também de rupturas e transformação social e política.

A reflexão necessária, portanto, é sobre pôr em prática o pensamento de Paulo Freire, que propõe a partir de uma práxis crítica e transformadora romper com a hegemonia, recuperar a memória de que o Brasil e os demais países da América Latina não nasceram culturalmente a partir da Europa, as bases desse território são originárias desse território e, portanto, não há uma cultura superior, sim uma cultura diferente, não há inferioridade, há sim diversidade. Também foi possível um diálogo sobre a marginalização e a construção de um ideário sobre a cultura da

pobreza, que não pode ficar na conta de quem foi açoitado, humilhado, os que colocaram esse país de pé.

A Estratégia de culpabilizar a população empobrecida é muito perversa, pois faz muitas vezes o povo acreditar que o “dito atraso” é sua culpa e pra isso é preciso lançar o olhar para Europa como referência de desenvolvimento. O que não se sustenta, mas é preciso refletir constantemente e não permitir o povo cair nessa armadilha. Também foi possível olhar numa perspectiva mais ampla sobre diferentes categorias deste povo oprimido.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA: DESVELANDO A MEMÓRIA HISTÓRICA A PARTIR DO PENSAMENTO CRÍTICO**

O processo de colonização no Brasil deixou marcas profundas na sua história e no seu povo. Os pensadores e pensadoras brasileiros, que já se debruçaram, refletiram e contextualizaram o problema da colonização, passaram por uma transição ao longo dos tempos e trouxeram contribuições significativas para nossas reflexões atuais. A partir destas reflexões construídas é possível reconhecer antes de tudo, que a história e a memória ancestral dos povos indígenas, originários desse território, que aqui já estavam e sofreram violentamente com a invasão colonial ainda é insuficiente para ressignificar as suas existências, as suas lutas e contribuições para a memória desse território antes da colonização.

As leituras realizadas até aqui, nos colocam num desconforto, numa inquietude, porque para entendermos essa complexidade temos que revisitar a formação do Estado brasileiro, entender as bases do império e o interesse da elite na nova configuração do Brasil após o período escravocrata, passando pelas contradições e conflitos e que inclusive o período abolicionista foi um período de se constituir novas alianças, dar novos passos, mas ainda sem resolução efetiva. É importante lembrar que entramos no século XX com o país passando por um processo de transição de quase 400 anos de escravidão e de escravização, para o liberalismo e capitalismo na República, fortemente influenciado pela Europa, onde as questões eram resolvidas de acordo com os interesses das elites e não conforme os interesses e necessidades da classe trabalhadora, o que acentuou ainda mais os problemas de ordem estrutural que não se resolve com políticas públicas superficiais.

Já a abolição aconteceu com total abandono relegando à miséria aos escravizados libertos, sem indenização e sem reforma agrária. O movimento abolicionista, somadas às diversas formas de resistência por parte dos/as negros/as escravizados, são amplamente percorridas pela historiografia, onde fica evidente que toda a opressão geradas no período da

escravidão aos povos africanos e suas consequências tortuosas, ainda estão presentes hoje e temos como resultado um sistema estrutural racista que produziu uma sociedade também racista.

No entanto para aprofundarmos o debate no século XXI é importante identificar os autores e autoras e olhar para suas contribuições com uma lente mais transparente, considerando o seu posicionamento ético e político diante da realidade, pois assim poderemos extrair de suas reflexões o que importa, sem deixar de fazer a crítica e sem cair no engodo das lentes opacas, reproduzindo uma história do ponto de vista do colonizador.

Alguns pensadores clássicos fundamentaram historicamente o pensamento sobre a formação social do Estado brasileiro. Entre eles podemos citar:

Gilberto Freyre (1930) na obra “Casa Grande e Senzala”. Ele foi o primeiro autor a apresentar outra perspectiva sobre a colonização, mas coloca o colonizador como um também “colonizado” culturalmente, ele não via tantos problemas no Brasil e não denunciou as violências em sua obra.

Sérgio Buarque de Holanda (1932) no livro "Raízes do Brasil" apontou a formação do Estado brasileiro como forte na violência, na repressão e no controle, já que nunca tratou com diferença as elites, o que aumentou ainda mais a desigualdade entre os possuidores de bens e os empobrecidos.

Caio Prado Júnior (1942) em seu livro “Formação do Brasil Contemporâneo”, o autor foi o primeiro a fazer uma leitura de que os portugueses buscaram outra forma de dominação, já que no Brasil não funcionava a tática usada em outras regiões. Ele aponta que foi através da monocultura da cana -de açúcar que se construiu o latifúndio patriarcal. Que ele denominou como o "empreendimento da escravidão”, do tráfico humano, forjando o Brasil e seu sistema econômico como uma máquina de esmagar corpos humanos e pilhar riquezas.

Mais tarde, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Paulo Freire foram taxativos em afirmar que, pela burguesia não haveria mudança de paradigma, que a classe trabalhadora precisaria descobrir sua história e o que fazer de sua história.

Para Paulo Freire em seu livro “Educação como Prática da Liberdade” afirma que o sujeito precisa se apropriar de sua história e ler sua realidade. Isso requer educadores populares comprometidos com a organização popular, presença ativa e política do povo numa estratégia que quebre as estruturas de poder. Esses pensadores mais progressistas e críticos passam a apontar a constituição do Brasil, invertendo a lógica, e trazendo a problematização do país de forma complexa, olhando sua história a partir dos povos explorados e violentados e do domínio das elites.

Dentre todas as complexidades e perversidades é fundamental não deixar de refletir sobre a forma que se estruturou o apagamento das populações não brancas. (FREIRE, 2005).

Podendo afirmar que a ideologia do branqueamento é uma forma eficaz para manter alguns grupos como subordinados e explorados, pois ao veicular nos meios de comunicação de massa, reproduz a inferioridade como verdadeira, fazendo crer que os valores do ocidente branco, são únicos e universais:

Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de "limpar o sangue", como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura. (GONZALES, 1988, p.73).

A partir da revisão aos escritos de Paulo Freire, nos deparamos com uma análise sobre a *"cultura do silêncio"*: *Na cultura do silêncio existir é apenas viver. O corpo segue ordens de cima. Pensar é difícil; dizer a palavra, proibido.* (FREIRE, 1981, p.50).

Essa análise revela-se atual, na sociedade, num processo pelo qual se limita o interesse e a participação verdadeira da classe trabalhadora, impossibilitando sua reflexão crítica sobre a sua condição no mundo e com o mundo. Utiliza-se diferentes mecanismos que tem por função desqualificar a classe trabalhadora colocando-a na condição de incapaz. Isso ocorre quando não se considera o ser cultural que é o trabalhador e o faz acreditar que não é possível fazer mudança se não tiver intervenção mais técnica, acadêmica, excluindo-o da possibilidade de intervenção a partir da sua realidade concreta e dos seus saberes, ou mesmo como técnico, ainda assim é subjugado. O que revela a opressão, visto que não há reação da classe trabalhadora.

Por sua vez é preciso reconhecer que a Ação Cultural tem papel fundamental nessa tomada de consciência do trabalhador como apresentada por FREIRE (1981):

É na ação cultural através da qual se enfrenta, culturalmente, a cultura dominante, que os oprimidos precisam expulsar os opressores não apenas enquanto presenças físicas, mas também enquanto sombras míticas, introjetadas neles: A ação cultural e a revolução cultural, em diferentes momentos do processo de libertação, que é permanente, facilitam esta extrojeção. (FREIRE (1981, p.44).

A Educadora Caiçara, mulher que *transversaliza* toda as dimensões da realidade das comunidades Caiçaras, demonstra por sua ação e reflexão, nos diferentes espaços de atuação, que é fundamental esse discernimento, onde se valoriza o saber do outro, fortalece sem se anular.

Segundo (FREIRE 1981):

(...) proclamando a inexistente neutralidade de seu quefazer, entretém os indivíduos, os grupos e as comunidades com formas de ação puramente anestésicas, o que opta pela mudança se empenha em desvelar a realidade. Trabalha com, jamais sobre os indivíduos, a quem considera sujeitos e não objetos, incidências de sua ação. Por isso mesmo é que, humilde e crítico, não pode aceitar a ingenuidade contida na “frase feita” e tão generalizada em que ele aparece como o “agente da mudança”. Esta não é tarefa de alguns, mas de todos os que com ela realmente se comprometem. (FREIRE, 1981, p.47).

Já o pensamento de Darcy Ribeiro (1995) nos faz refletir sobre o processo de colonização onde houve uma invasão nesse país, conhecido originalmente como Pindorama e hoje Brasil.

Ao contrário dos povos que aqui encontraram, todos eles estruturados em tribos autônomas, autárquicas e não estratificadas em classes, o enxame de invasores era a presença local avançada de uma vasta e vetusta civilização urbana e classista. (RIBEIRO 1995, p.37).

Podemos dizer que as relações construídas de lá para cá, não levaram em consideração a história desse lugar, nem o seu povo, nos direcionando para mirar a Europa como referência de civilização com um apagamento da memória existente.

Nesse sentido o Brasil aparece como um problema até os dias atuais, o que coloca a elite burguesa como salvadora, camuflando a escravidão, as violências e opressões diversas, não olhando para as contradições que forjaram esse país e nem reconhecendo a memória ancestral, mas sim colocando na conta de todo o povo originário, dos escravizados e empobrecidos a culpabilidade de subdesenvolvimento.

Tal é a força dessa ideologia que ainda hoje ela impera, sobranceira. Faz a cabeça do senhorio classista convencido de que orienta e civiliza seus serviçais, forçando-os a superar sua preguiça inata para viverem vidas mais fecundas e mais lucrativas. Faz, também, a cabeça dos oprimidos, que aprendem a ver a ordem social como sagrada e seu papel nela prescrito de criaturas de Deus em provação, a caminho da vida eterna. (RIBEIRO 1995, p.72).

Em relação à identidade étnica brasileira, esta se constituiu a partir dos diferentes grupos já existentes nessas terras, *os povos originários* e a chegada dos *povos africanos* que foram trazidos e escravizados do continente africano, além dos migrantes que se deslocaram em busca de melhor condição de vida, enganados pela elite burguesa.

Darcy Ribeiro (1995) olhando para as diferentes atividades econômicas do período colonial, desde a açucareira, mineradora até o pastoril no Sul, identifica uma uniformidade na formação étnica do Brasil, com presença de negros, indígenas e portugueses:

Essas ilhas-Brasil operaram como núcleos aglutinadores e aculturadores dos novos contingentes apresados na terra, trazidos da África ou vindos de Portugal e de outras partes, dando uniformidade e continuidade ao processo de gestação étnica, cujo fruto é a unidade sociocultural básica de todos os brasileiros. (RIBEIRO 1995, p.268).

O autor defende essa construção a partir dessa confluência de três grupos étnicos e conseqüentemente as suas variações. Essas identidades então vão tomando corpo e se constituindo em novas configurações étnicas, reivindicadas na busca de direitos e de um lugar de reconhecimento pelo Estado.

Atualmente o Brasil constitui um processo vasto de novas identidades na busca de políticas públicas e de reparação histórica, visto que com o processo de colonização houve um apagamento da memória de cada grupo que constituiu o povo brasileiro, mas que recaiu com mais peso sobre os que tiveram menos oportunidade de reivindicar, seja pelo processo escravocrata ou pelo genocídio étnico que extinguiu povos com histórias, línguas e memórias desse território.

A imensa diversidade sociocultural do Brasil é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária. As múltiplas sociedades indígenas, cada uma delas com formas próprias de inter-relacionamento com seus respectivos ambientes geográficos, formam um dos núcleos mais importantes dessa diversidade, enquanto as centenas de remanescentes das comunidades dos quilombos, espalhadas por todo o território nacional, formam outro. Essa diversidade fundiária inclui também as chamadas “terras de preto”, “terras de santo” e as “terras de índio” de que fala Almeida (1989). Ainda, há as distintas formas fundiárias mantidas pelas comunidades de açorianos, babaqueiros, caboclos, caiçairas, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praiérios, sertanejos e varjeiros. (LITTLE, 2002 p. 02).

Outro fator importante para nossas reflexões são as questões da Educação Popular que surgem como uma possibilidade ao reconhecer as diferentes formas de produzir conhecimento, uma educação pautada na ética política de cada educador e educadora, os quais devem dialogar e construir conjuntamente a práxis (ação-reflexão-ação) a partir da realidade dos educandos buscando romper com a hegemonia de uma educação tradicional e bancária.

As experiências vividas pelo educador Paulo Freire, nos provocam a olhar para as diferentes formas, lugares, pessoas, e condições adversas, momento político e sua leitura de mundo possibilitam dialogar e questionar o autoritarismo para romper com o medo e buscar a liberdade.

Paulo Freire nos propõe superar o medo manifestando-o, sem negá-lo ou desqualificá-lo, pois, segundo ele, o medo é inerente ao ser humano e pode ser objeto de estudo apontando para o autoconhecimento e as mudanças do contexto social no qual o indivíduo está inserido.

Percebendo que no sistema patriarcal, capitalista, ainda carregado do viés colonial, não há rompimento das contradições, apenas mudanças de poder, passamos a entender que a questão é política-ideológica e que a burguesia não fará nunca mudanças estruturais, que a reforma deverá vir da população, do povo, mas que esse precisa se apropriar de ações utópicas.

O caráter utópico da ação cultural para a libertação a distingue da outra forma de ação. Baseada em mitos, a ação cultural para a dominação não pode problematizar a realidade, propondo o seu desvelamento, pois que assim contradiria os interesses dominantes. Na ação cultural problematizante, pelo contrário, a realidade anunciada é o projeto histórico a ser concretizado pelas classes dominadas, em cujo processo a consciência semi-intransitiva como a ingênua são sobrepassadas pela consciência crítica – “máximo de consciência possível”. (FREIRE 1981, p.67).

Freire também nos mostra que para romper com o medo é preciso estar aberto ao novo, mas não de forma ingênua, precisamos enquanto educadores e educadoras posicionar nossos corpos nos movimentos populares, juntamente com as comunidades, com os trabalhadores, com os educandos para que juntos possamos construir uma educação que passe pela reflexão crítica e se transforme em ação-reflexão e ação, a práxis.

De acordo com Gadotti (2012), as práticas iniciadas na década de 1960, pelo educador Paulo Freire, em relação à Educação Popular, se apresentam como um divisor de águas, do ponto de vista teórico, político, social e cultural. Segundo ele, Freire nos faz refletir sobre a prática pedagógica e a responsabilidade de educadores de diferentes áreas do conhecimento no fornecimento de subsídios para construir instrumentos de tomada de decisão, logo no início do processo de formação seja das crianças ou dos adultos. (GADOTTI 2012, p10-32).

Ressaltando que essa realidade só será viável com a participação social representada nos espaços políticos e sociais para a discussão e construção de uma mudança gradativa e estrutural da sociedade com foco na justiça social.

## **2.1. UM OLHAR DESDE O TERRITÓRIO CAIÇARA**

Desde a Constituição de 1988 os povos Indígenas e Quilombolas tem um destaque na carta magna, reconhecendo e conferindo a estes um direito diferenciado dos demais grupos étnicos existentes no Brasil. É fato que os povos indígenas são povos originários do Brasil, mas nesse arcabouço legal são alcançados também os Quilombolas, que se constituíram a partir de um processo de resistência e construção social e política nesse território.

Favilla (2017) reforça que o debate sobre regularização fundiária e reconhecimento de territórios tradicionais tem se estendido há anos e apesar das conquistas a serem comemoradas, ainda resta muito a prosperar. Com a Constituição Federal de 1988 (CF/88) alguns avanços foram sentidos, como garantias expressas para Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas.

As Comunidades Extrativistas, também impulsionadas pela CF/88, tiveram enorme vitória com a conquista da possibilidade de criação de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, que prevê a presença de comunidades tradicionais no seu interior, garantindo seu território e forma de reprodução cultural, física, ancestral, material e imaterial. (FAVILLA, 2017, p.12).

Por outro lado, devido à dimensão continental do Brasil foi possível diferentes configurações étnicas a partir da ocupação dos diferentes territórios e biomas brasileiros. É possível reconhecer que essa diversidade cultural também apresenta traços distintos nas mais variadas formas, as especificidades de territórios com uma diversidade ainda imensurável.

Os diferentes grupos foram se formando e constituindo modos de ser, criar e viver e de se relacionar com os ambientes, adquirindo experiências e culturas únicas, nascendo novas e diversas identidades sociais e políticas.

Esses grupos passaram a demandar e reivindicar reparação histórica diante do estado brasileiro já que não estavam nominados na Constituição Federal. Foi a partir desse contexto histórico de lutas e reivindicações que se instaurou um processo de estudos e reconhecimento dessas novas identidades, hoje denominadas de forma ampla como Povos e Comunidades Tradicionais. É importante destacar que esses espaços são conquistas do povo organizado, que reivindica direitos de reparação logo no início da gestão federal pelo Partido dos Trabalhadores. Esse é um marco importante para os diferentes grupos étnicos do Brasil.

Katia Favilla relata como este espaço surge:

(...) Com as mudanças na gestão federal, ocorridas em 2003, foram feitas alterações que incluíram a participação social no processo de construção e implementação de políticas públicas, conforme também preconizado na CF/88, seguindo o exemplo do que já ocorria na Saúde e na Educação. (FAVILLA, 2017, p. 12)

A definição construída no referido decreto, traz no Art. 3º, parágrafo II a definição de Povos e Comunidades Tradicionais:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização

social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, DECRETO 6040, 2007).

As comunidades Caiçaras estiveram presentes nesses espaços desde o início através de seus representantes, o que possibilitou também o seu reconhecimento pelo Estado Brasileiro como comunidade tradicional. O Encontro, realizado entre os dias 17 e 19 de agosto de 2005, no Centro de Formação Vicente Canhas, do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) em Luziânia - DF, contou com a participação:

De cerca de 80 representantes de Povos Indígenas, Quilombolas, Agroextrativistas da Amazônia, Geraizeiros, Vazanteiros, Seringueiros, Quebradeiras de Coco Babaçu, Pantaneiros, Ciganos, Pescadores Artesanais, Caiçaras, Pomeranos, Comunidades de Terreiro, Fundos de Pasto, Faxinais e Ribeirinhos do São Francisco. Relatório I Encontro de Comunidades Tradicionais. (NUPAUB/FFLCH/USP, 2005, pg.1).

Assim como diversos representantes de diversas regiões, foi convidado Dauro Marcos do Prado, caiçara da região da Jureia, litoral sul de São Paulo e Vale do Ribeira. Ele fez relato oral da sua participação no 1º Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais do Brasil em Luziânia GO em 2005 para sua comunidade.

Na fala de Dauro, ele afirmou que encontrou muita gente, de diferentes lugares, mas com problemas muitos parecidos, ele era só um caiçara em meio a tantos indígenas, quilombolas, extrativistas, mas reconheceu a importância de se encontrar com esses povos e conhecer suas lutas e formas de organização. Se conhecer e reconhecer na luta do outro, ver que era uma luta comum, não eram lutas isoladas que faziam.

O relato de Dauro revela que dentro de uma invisibilidade, ainda há, os mais invisíveis. E foi a partir desse encontro de diversidade que nasceu também uma esperança. Despertou uma empatia pelas diferentes formas de se reconhecer no outro e identificar os pontos comuns de luta. Para contextualizar essa construção segue abaixo a cronologia deste processo.

#### **QUADRO 1 - LINHA DO TEMPO: UMA EXPERIÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA EM CONSTRUÇÃO**

<b>Ano</b>	<b>Fato</b>
<b>2002</b>	A Convenção 169 da OIT foi ratificada pelo Brasil em 25 de julho de 2002, mediante o Decreto Legislativo No.143, de 20-6-2002. Entrou em vigência em julho de 2003 <sup>1234</sup> . A Convenção trata dos povos indígenas e tribais em países

	independentes. A OIT foi promulgada pelo Brasil em 19 de abril de 2004, através do Decreto 5051/2004.
<b>2004</b>	o Governo Federal cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (governamental);
<b>2005</b>	1º Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais em, nos dias 17 e 19 de agosto, no Centro de Formação Vicente Canhas, do CIMI (Conselho Indigenista Missionário).
2006	É criada a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais -CNPCT com participação de 16 segmentos/grupos; (governo e sociedade civil)
2007	Decreto Federal 6040 – É criada a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais
2016	Decreto Federal 8750/2016 - Criação do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais -CNPCT (28 segmentos/grupos, a Juventude de PCTs), substituindo a comissão nacional. (governo e sociedade Civil)

**Fonte:** (FAVILLA, 2017).

## **2.2. ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO INTERCOMUNITÁRIA: ENTRE A EDUCAÇÃO POPULAR E A PRÁXIS CAIÇARA**

Dentre os segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais, a Comunidade Tradicional Caiçara é o foco desse trabalho, para tanto, é importante conceituá-la.

De acordo com as comunidades tradicionais caiçaras da Juréia:

No Brasil, há inúmeras nações indígenas. A partir do processo de colonização, os índios foram gradativamente sendo exterminados de nosso litoral, deixando heranças que ainda hoje se perpetuam. Os caiçaras são um exemplo vivo desta combinação índio/colono, terra/mar - que se estabeleceu nos costões rochosos, restingas, mangues e encostas da Mata Atlântica. A palavra caa-içara é de origem tupi-guarani. Separadas, as duas palavras sugerem uma definição: caa significa galhos, paus, "mato", enquanto que, içara significa armadilha. A ideia provinda desta junção seria, à primeira vista, uma armadilha de galhos. O termo, porém, denomina as comunidades de pescadores tradicionais dos Estados de São Paulo e Paraná e sul do Rio de Janeiro. Com poucos contatos com a "civilização", os caiçaras evoluíram aproveitando os recursos naturais à sua volta, que resultou numa grande intimidade com o ambiente. Povo que vive entre o mar e a floresta, estas pequenas comunidades tentam, ainda hoje, preservar seus valores de grupo. Seus territórios - praias e enseadas - são de difícil acesso, por vezes protegidos na forma de Unidades de Conservação. Atualmente estas terras são alvo da especulação imobiliária, devido à sua beleza e excelente estado de conservação. (ICMBIO, 2023, p.01).

O Território Caiçara se estende do litoral sul do Rio de Janeiro (RJ), passando por toda a costa de São Paulo (SP) até o litoral norte do Paraná (PR).

De acordo com o Decreto nº 6.040/2007:

Territórios Tradicionais são “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária”, os quais é dever do Estado proteger por obrigação decorrente da Constituição Federal e de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, a exemplo da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho. (BRASIL, DECRETO 6040, 2007).

Dentre os espaços de diálogo e articulação na defesa ao território e modos de vida tradicional, os caiçaras da Juréia circulam por diferentes espaços de debate incluindo encontros de comunidades tradicionais afetadas por sobreposição de Unidades de Conservação de Proteção Integral e por grandes empreendimentos imobiliários, encontros culturais, audiências públicas, diversos seminários e congressos em universidades. Ou seja, esses diálogos passaram a ocorrer desde a suas bases nas comunidades até instâncias legislativa, jurídica, técnica e acadêmica, em âmbito nacional e internacional. (ALVES, HONORATO, & BATISTA, 2021).

Nesse contexto, pode-se afirmar que a luta dos e das caiçaras não é uma luta isolada, mas uma luta comunitária no sentido amplo de comunidade que reivindica o viver caiçara.

O fato de as comunidades tradicionais caiçaras estarem adaptadas ao território onde vivem há séculos implica um conjunto de saberes e práticas que pode ser a base de novas formas de relação com quem é de fora. Esse conjunto é o que chamamos aqui de viver caiçara, sendo ele parte do que nós somos e fazemos, do nosso modo de vida e de nossas lutas. (LIMA & PRADO 2021, p.79)

A identidade étnica caiçara, passa a ser reconhecida pelo Estado brasileiro por meio do Decreto 6040/2007 quando se criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais que reconhece os e as caiçaras como comunidades tradicionais, tornando-os, assim, sujeitos de direitos a serem incluídos nas diferentes políticas públicas existentes. E atualmente as comunidades caiçaras tem assento como titular e suplentes no Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, regulamentado pelo Decreto nº 8.750/2016, mas já ocupavam o espaço desde a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) desde 2006.

**QUADRO 2 - REPRESENTANTES QUE JÁ OCUPARAM O ESPAÇO DO CNPCT (ANTIGA COMISSÃO E ATUAL CONSELHO)**

<b>Nome</b>	<b>Comunidade/Estado</b>	<b>Comissão Nacional PCTS e / ou Conselho Nacional PCTS</b>
Dauro Marcos do Prado	Grajauna- Jureia/Iguape -SP	Comissão Nacional

Leila Conceição	Praia do Sono/ Paraty -RJ	Comissão/ Conselho
Jorge Inocêncio Junior	Sertão de Ubatumirim Ubatuba SP	Conselho
Adriana de Souza de Lima	Guarau-Jureia/Peruibe -SP	Conselho
Marcela Cananea	Praia do Sono- Paraty-RJ	Conselho
Aurelio Domingues	Ilha de Valdares- Paranaguá PR	Conselho

**Fonte:** Acervo da Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras (RJ-SP-PR)

É oportuno dizer que essa representação não se dá numa condição favorável, mas em meio a uma série de conflitos já vivenciados por diferentes territórios caiçaras. O Fato das comunidades caiçaras estarem há décadas reivindicando os seus territórios foi a alavanca principal que fez com que chegassem nesse espaço e a partir dele, contruissem novas relações e entendimentos de possibilidades de avançar na busca de efetivação de direitos e na busca de dignidade e do viver caiçara.

### **QUADRO 3 - DAS AÇÕES QUE CONSTRUIRAM ESPAÇOS DE DIVERSIDADE E COLETIVIDADES E CONTRIBUÍRAM PARA A REFLEXÃO A PARTIR DOS E DAS CAIÇARAS**

<b>Ano</b>	<b>Ação realizada</b>
1990	Criação da União dos Moradores da Jureia- UMJ em Iguape SP, com objetivo de garantir a permanência das comunidades em seus territórios tradicionais
1993	Criação da Associação dos Jovens da Jureia e, Iguape, SP. Ela focou em atividades voltadas para a manutenção e promoção da cultura caiçara e geração de renda, constituindo-se como um importante espaço de reunião de jovens expulsos da Jureia.
2007	As comunidades do litoral do sul do Rio de Janeiro e do litoral norte de São Paulo (Angra-Paraty-Ubatuba) criaram o Fórum de Comunidades Tradicionais com a participação de indígenas, quilombolas e caiçaras. Os Caiçaras dessa região passaram a ter um protagonismo.
2009	É criada a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas e Comunidades Tradicionais (CONFREM BRASIL) com abrangência nacional.
2011	O Fandango Caiçara é reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro desde novembro de 2011. Expressão musical-coreográfica-poética e festiva que ocorre no litoral norte do estado do Paraná e litoral sul do Estado de São Paulo possui um conjunto de práticas que envolvem trabalho, divertimento, religiosidade, música e a dança, prestígios e rivalidades, saberes e fazeres.
2014	No dia 18 de outubro de 2014, durante o Festejo dos Trindadeiros (dia que marca a resistência caiçara), foi criada a Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras, em Trindade-RJ, juntando os caiçaras dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, buscando fortalecer cada comunidade e suas especificidades, mas ampliando suas bases para lutas comuns no território caiçara.
2016	No Vale do Ribeira, em São Paulo, depois de uma forte mobilização dos povos e comunidades tradicionais e organizações parceiras e a relaização de uma audiência publica pela Defensoria publica Estadual, contra uma lei estadual que previa a concessão de Unidades de Conservação à iniciativa privada (privatização de UCs), foi criado o Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira -FPCT-VR.

**Fonte:** SBPC, 2022.p. 16 -75.

Esses diferentes espaços foram sendo gestados como possibilidades de recuperar a autonomia e do modo de vida, de fortalecimento e auto estima da identidade caiçara, assim

como a busca de uma liberdade para esses territórios e para as famílias que neles vivem. Juntar diferentes grupos nesses espaços é de grande responsabilidade, mas também de muita maturidade e coragem, já que são grupos com diferentes modos de vida, de entendimentos e de cultura, mas que ao se somarem constroem grandes alianças alicerçadas no compartilhamento, na troca de experiências e na tomada de decisão coletiva. (FRANCO; LIMA e PRADO, 2020).

O reconhecimento dos sujeitos praianos e/ou povos do sítio, hoje caiçaras, como detentores de saberes e fazeres remonta o ano de 1930, como apontam diversas pesquisas existentes a partir desse modo de vida peculiar, reconhecidos pela sua organização social, cultural e econômica. Foram muitas as pesquisas que se debruçaram para conhecer e entender esses povos, mas é chegada a hora desses grupos reivindicarem processos colaborativos para as pesquisas, que não seja mais sobre eles, mas com eles.

Na base da organização comunitária estão as formas próprias do viver caiçara, como os mutirões de trabalho e os festejos religiosos que também são forças coletivas de enfrentamento dos processos de expropriação territorial, os quais também se atualizam, trazem outros atores e novos modos de coerção política e social, muitas vezes camuflados na legitimidade das políticas de conservação e no poder político dos órgãos e grandes ONGs ambientais. (LIMA & PRADO 2021, p.93).

Ao longo de décadas foi se assumindo e incorporando essa nova identidade, que inicialmente os inferiorizava, mas que aos poucos foi se tornando uma potência na afirmação de sua existência, na legitimação de seus direitos enquanto sujeitos que compõem um grupo étnico brasileiro, hoje reconhecidos pelo Estado, mas que também tiveram que se reorganizar para enfrentar as diferentes formas de violência sofridas pelas comunidades caiçaras, que perpassam níveis que vão desde a negação do direito de ir e vir, a proibição da produção dos seus próprios alimentos, criminalização, traumas, culpabilidade e apagamento da memória. As diferentes formas de violência estão dentro de um arcabouço do racismo ambiental, que tenta fazer com que as comunidades se sintam incapazes de viver nessa região, como se não fossem dignos de continuarem nesses territórios. (LIMA & PRADO 2021, p.93).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **Um processo de reflexão contínuo**

A reflexão que propomos como processo contínuo, é sobre o quanto é caro reivindicar o direito de viver com dignidade, o preço não é mensurável. É o tempo, o corpo e o modo de ser que se coloca como possibilidade de transgressão, as reivindicações são centralidade, que

ante a sua presença, não existia como demanda. O que expus aqui tem como objetivo apresentar a articulação e a mobilização de diferentes saberes e fazeres que vão potencializando uma atuação ampla pautada na realidade concreta que se vive, mas também da ousadia de tornar suas reflexões públicas frente aos processos políticos-comunitários.

São essas reflexões que precisam nos impulsionar a olhar criticamente para o que há de produções feitas. Quais são as informações que estão a alimentar a população, seja as crianças, jovens ou adultos, mas com mais peso sob as crianças pequenas? E como enfrentar tais desafios?

É urgente reconhecer que a formação do Brasil como Estado não foi e nem é uma questão simples e linear. Desde a invasão colonial o país ficou marcado pela violência, opressão e exploração dos povos indígenas, e de todos os sujeitos marginalizados pela sociedade durante esse período de 523 anos. O projeto de Estado-Nação (1822) também não foi pensado para libertar o povo, mas sim para continuar explorando e aprisionando a sua força de trabalho, aniquilando a criatividade e privando de liberdade.

O desafio aqui colocado é sobre como ser criativa(o) e inspirar rupturas na busca de construir um projeto de futuro, com bases libertadoras. Como provocar inquietude para que se possa ousar a falar, refletir e escrever sobre a vida comunitária. Essa vida que diz respeito ao coletivo, ao fazer com e não sobre. Essa vida que apresenta muitas possibilidades mas que nem sempre são vistas, ouvidas e valorizadas.

Desta forma, se faz necessário reafirmar a demanda de buscar nas obras e nas trajetórias de pensadoras/es e lutadoras/es, as contribuições que podem trazer para o centro do debate das comunidades, suas leituras e reflexões para dialogar com a realidade concreta e objetiva de determinado grupo, analisar permanentemente a conjuntura atual, com uma leitura de realidade ampla e não permitir o seu apagamento, pois só com o foco para entender essa complexidade é que é possível construir novos caminhos para romper com todas as formas de opressão e violência. (LIMA; HAYAMA e CASTRO, 2018).

O que é então uma educação popular caiçara? Como ela se articula? Como pode contribuir? É essa movimentação que se reiventa a todo tempo, que é dialógica, tem escuta, constrói novos caminhos e busca uma consciência crítica a partir da ação-reflexão-ação.

Ou seja, é a partir da praxis caiçara, dos territórios concretos do viver caiçara que surge as reflexões, articulações e incidências necessárias para enfrentar e romper com o medo, com os paradigmas e condições de submissão, de inferioridade, sem negá-lo.

Reconhecendo que há processos diferentes com formas/dinâmicas próprias, mas que identificando os pontos comuns cria-se afeto, parentesco e unidade popular para construir coletivamente.

É também o respeito a partir da memória do território, da ancestralidade, e dos mais velhos e mais velhas que se pode sonhar com as mudanças necessárias ainda a fazer.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. E. A. (coord.). (2013). **Conhecimentos tradicionais e mobilizações políticas**: a luta das comunidades tradicionais da Jureia pelo direito de permanência em seu território e manutenção da sua cultura, litoral sul de São Paulo. Boletim Informativo Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Manaus: Editora da Universidade do Estado do Amazonas, 2013.

ALVES D. N. HONORATO, V. M. BATISTA, Â. F. Taperas e Resistência: Comunidades Tradicionais Caiçaras Da Juréia (SP). **Projectare** – Revista de Arquitetura E Urbanismo. Número 11. novembro de 2021.

BRASIL, DECRETO NO 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007) -. Acesso. 14/06/2023.

FAVILLA, K. C. **Encontros Neocoloniais**: O Estado Brasileiro e os Povos e Comunidades Tradicionais. Dissertação. 2017. p 185. Disponível: [https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNB\\_e33774b62fb7e68db02961bddb7d553b](https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNB_e33774b62fb7e68db02961bddb7d553b).

FRANCO, P.; LIMA, A.; PRADO, D. M. A. **Itinerância da educação caiçara e o direito ao território**. Comunidades tradicionais e educação escolar diferenciada no Vale do Ribeira: violações de direitos e conflitos / organizado por Lisângela Kati do Nascimento, Gabriel da Silva Teixeira. - São José do Rio Preto, SP: Balão Editorial, (2020, p. 49-67).

FREIRE, P. “Ação cultural e reforma agrária”. Em: FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 31-36. [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/acao\\_cultural\\_liberdade.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/acao_cultural_liberdade.pdf).

FREIRE, P. Educação como Prática da Liberdade. Editora Paz e Terra LTDA, 2005. Rio de Janeiro.

FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala**. 48. Ed. São Paulo: Global, 2003.

GADOTTI, M. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos**: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. v.18, n.1, dez. Brasília, 2012.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. 26. ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995. isbn 85- 7164-448-9. 226 páginas. Janeiro, nº 92/93 (jan./jun.). 1988.

ICMBIO. **Conheça as populações tradicionais residentes no interior da Apa Cairucu, representando as culturas caiçara, quilombola e indígena**. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cairucu/visitacao/atrativosculturais.html?showall=1&limitstart=>. Acessado em 21 de agosto de 2023.

LIMA, A. S.; HAYAMA A. T.; CASTRO, R. R. Gestão autoritária, gestão compartilhada e gestão comunitária na Jureia: um território caiçara. In: SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés

de; ENER, Vaneski Filho et al. (orgs.). et al. **Indígenas, Quilombolas e outros Povos Tradicionais**. Curitiba, PR: CEPEDIS, 2018. 574 p. ISBN: 978-85-94360-03-8 2018.

LIMA, A. S.; PRADO, D. M. O viver caiçara: um patrimônio cultural ameaçado pela política ambiental na Jureia (SP). **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, nº12. (p. 79 2021).

LITTLE. P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade. Série Antropologia. v. 28 n. 1 (2003): **Anuário Antropológico**. Brasília, 2002. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871> .

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Companhia da Letras, 1ª edição, 2011. 390 p.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2 ed. 9 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, (1997, p. 268)  
<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Ribeiro,%20Darcy/Darcy%20Ribeiro%20-%20O%20POVO%20BRASILEIRO.pdf>

SBPC. **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil** [recurso eletrônico]: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças / Manuela Carneiro da Cunha, Sônia Barbosa Magalhães e Cristina Adams, organizadoras. – São Paulo: SBPC, 2022. p. 16 -75 SBPC\_povostradicionais16 (2).pdf